André Nicacio Lima

Graduando em História pela Universidade de São Paulo KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza (org.).

D. Leopoldina - Cartas de uma Imperatriz.

São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 469p.

Acompanhar trajetórias individuais é, por vezes, um exercício que permite aos que lançam seu olhar ao passado, perceber aspectos essenciais de um período, de outra forma praticamente inacessíveis. Este parece o caso da biografia de Carolina Josefa Leopoldina, nascida em Viena, arquiduquesa da casa de Habsburgo e falecida no Rio de Janeiro, Imperatriz do Brasil, aos 29 anos. Uma existência curta, mas que, atravessando conjunturas particularmente críticas, foi suficiente para deixar em sua extensa correspondência um importante conjunto de fontes para a história brasileira e européia no período das Revoluções Atlânticas. Publicadas recentemente, as 315 cartas reunidas no livro *D. Leopoldina: Cartas de uma Imperatriz* são documentos preciosos para a compreensão de um período em que, dos dois lados do Atlântico, a revolução subvertia o ordenamento da vida social e política segundo os padrões do Antigo Regime.

O resultado da reunião, transcrição, tradução e publicação de cartas dispersas em instituições brasileiras, austríacas e portuguesas é ainda enriquecido por imagens da época – retratos da Corte, gravuras do Rio de Janeiro, desenhos da infância de Leopoldina – e por cinco ensaios introdutórios que abordam o contexto político luso-brasileiro e europeu, o paradigma do dever que orientou a formação e a vida de Leopoldina, uma breve biografia e um perfil psicológico.

As cartas abrangem desde o período de formação da arquiduquesa até a morte da Imperatriz do Brasil. A primeira parte revela o cotidiano e os valores de uma filha da tradicional casa dos Habsburgo; uma vida marcada pela rígida educação fundada no dever para com a dinastia e - em tempos de instabilidade – atravessada pelos acontecimentos da grande história européia, como as comemoradas vitórias austríacas em Aspern e Eßling, em 1809 e na Batalha das Nações, em 1813. As negociações para o casamento com D. Pedro, parte dos acertos diplomáticos entre Portugal e Áustria no contexto da Restauração, são relatadas pela jovem arquiduquesa em cartas, principalmente para Maria Luísa, sua irmã, melhor amiga e conselheira, cuja experiência lhe era de grande valia. Leopoldina já se preocupava com a possibilidade de permanecer solteira, quando recebeu duas opções de casamento. Percebendo que a segunda delas - o Príncipe D. Pedro - era a desejada por seu pai, decidiu-se imediatamente, "na firme convicção de que quando cumprimos a vontade de nossos pais seremos felizes em qualquer situação, pois sabes por experiência que uma princesa nunca pode agir como quer." (a Luísa, 24.9.1816). A irmã efetivamente o sabia: casada com Napoleão por consequência de tratados de paz, não pôde viver na corte após a separação e manteve um relacionamento ilegítimo com o general responsável por sua vida na Itália, enquanto seu filho sofria, em Viena, o estigma de ter nas veias o sangue do "corso maldito".

Realizado o casamento por procuração, em maio de 1816, Leopoldina partiu para o país que conhecia das descrições de viajantes e cientistas, dada sua consistente formação nas ciências naturais. Desembarcou no Rio de Janeiro oito meses após a formalização do matrimônio, imersa nas idealizações iluministas do continente imenso e paradisíaco, com seu povo

129 resenhas almanack braziliense n°05 maio 2007

naturalmente bom. Aquela visão se manteve nas primeiras cartas escritas no Brasil, mas logo deu lugar às reclamações a respeito do calor, dos insetos, da estranheza dos costumes e da convivência difícil com a corte portuguesa, particularmente com a sogra, D. Carlota Joaquina.

Leopoldina sabia que suportar os sacrifícios que o destino lhe reservara era parte de seus deveres, cumpridos não sem lamentações. Relatava constantemente os dias de solidão, tédio e melancolia - esta, certamente uma das palavras mais presentes em toda a correspondência -, dias preenchidos com estudos, passeios no campo e cartas à família, algumas das poucas atividades em que existia algum espaço para a intimidade, pois, como aponta Andréa Slemian, para uma princesa, mesmo o que hoje temos como o mais privado dos domínios era subordinado à função política própria à condição. A sociabilidade de corte no Rio de Janeiro era decepcionante para uma princesa Habsburgo, que criticava "o estilo de vida em que nunca se vai ao teatro, nunca a uma festa em que as pessoas não sejam as mesmas de todos os dias, [o que] vai se tornando mortal para alquém acostumado a um pouco de distração". A vida cultural não apenas era inferior à de sua infância, mas também estava muito restrita, ou nas palavras da princesa, "infelizmente é mais fácil a pedra virar leite do que se receber permissão para ir ao querido teatro" (a Luísa, 11.12.1817).

Além das minúcias de seu cotidiano na corte joanina, Leopoldina deixou registros de especial relevância para o estudo da dinâmica política que resultou na Independência e na fundação do Império, assunto que passou ao primeiro plano em suas cartas. A mudança no conteúdo da correspondência é acompanhada por uma mudança de forma: a linguagem ingênua e o estilo formal deram lugar à escrita objetiva e lúcida, sobretudo a partir do momento em que a princesa teve de lidar com questões políticas gravíssimas e urgentes, ou seja, após a Revolução Constitucionalista do Porto e seus desdobramentos na América. As oscilações entre prognósticos que iam de otimistas a catastróficos documentam o quanto o ambiente político era instável e as soluções delicadas e provisórias, o que do ponto de vista de uma defensora incondicional da tradição era motivo de apreensão e de projetos – políticos, mas também pessoais – de superação ou mesmo de simples sobrevivência à crise. Em março de 1822, a princesa antevia "um futuro negro no mau espírito que domina com violência por toda parte" (a Luísa, 7.3.1822), o que não a faria escapar ao "sacrifício de ficar na América", pois noticiava também que sua sorte estava decidida e nunca mais voltaria à Europa. Em julho, as perspectivas eram ainda mais graves e Leopoldina aventou novos planos. Escreveu que, no pior dos casos, se as coisas tomassem "o rumo da Revolução Francesa", voltaria à "querida pátria" com as filhas, pois estava certa de que "a venda do deslumbramento" não cairia dos olhos do esposo. Esperava então conseguir o posto de mineralogista, prometido anos antes pelo pai (a Francisco I, 23.6.1822). Alteradas novamente as circunstâncias, a princesa noticia à sua irmã em agosto que "aqui tudo parece mais trangüilo", o que significa que provavelmente nunca mais poderá revê-la, "pois me parece que o Brasil é nosso lar, porém Deus sabe o que ainda pode acontecer!!! Parece que nada é impossível neste mundo; vivenciamos tantos acontecimentos inesperados e imprevisíveis para a razão humana." (a Luisa, 1.8.1822).

A partir daí, a princesa passou a atuar diretamente na busca por uma solução que evitasse o pior dos males, a Revolução. Preocupada, primeiramente, com o entusiasmo de D. Pedro pelos novos princípios, procurou

130 resenhas almanack braziliense n°05 maio 2007

"insuflar uma decisão mais firme" do esposo com relação às Cortes de Lisboa. A princesa chegou a assumir a regência do Reino do Brasil nos momentos decisivos entre agosto e setembro de 1822. As cartas permitem perceber a importância de Leopoldina para a solução dinástica e constitucional com a fundação do Império, documentando sua atuação nas articulações e decisões internas, como nas cartas a D. Pedro e a José Bonifácio, e externas, caso da carta em que pede que o pai, Imperador da Áustria, aceite uma aliança entre as duas nações, avisando que "caso aconteça o contrário, para nosso maior pesar, permanecerei brasileira de coração, pois é o que determinam minhas obrigações como esposa, mãe e a gratidão de um povo honrado [...]" (6.4.1823). A carta é particularmente interessante por ser uma tentativa de demonstrar a Francisco I que o Brasil caminhava para o sistema menos democrático possível, dadas as circunstâncias, e que o essencial da velha ordem estaria preservada, com a manutenção do princípio dinástico e do poder real frente à Assembléia.

Os escritos da princesa, depois imperatriz, revelam um olhar não apenas estrangeiro, mas formado pela educação de uma tradicional e conservadora casa reinante da Europa, acerca do ambiente e dos acontecimentos políticos num momento crucial da emergência do Estado e da nação brasileiros. Como representante dos interesses de sua dinastia, ela buscava facilitar os entendimentos diplomáticos e comerciais entre as monarquias e, ao mesmo tempo, evitar o avanço dos novos princípios, que representavam o maior dos perigos à sua linhagem. Com o desdobrar da dinâmica política aberta com o constitucionalismo, Leopoldina passara a aceitar a forma mais moderada de liberalismo, que seria adotada no momento da fundação do Império, não porque tinha alguma simpatia pelas novas idéias, mas porque entendia que esta seria a única forma de atender ao mais essencial de seus deveres: a defesa da dinastia reinante e, na medida do possível, das concepções tradicionais de poder. Insistir para que D. Pedro tomasse uma posição mais dura diante das Cortes era uma forma de tentar preservar, ao menos no Brasil, um sistema menos democrático que aquele instalado em Lisboa e que, segundo Leopoldina em carta a seu pai, mantinha Sua Majestade, D. João VI, em "uma prisão elegantemente disfarçada" (8.8.1822), subordinando o monarca a uma forma moderna de Assembléia com roupagens de instituição tradicional.

As cartas constituem, portanto, um conjunto documental de grande relevância para a história política do Brasil, dotado inclusive de uma dimensão de tragédia pessoal de quem, nos melancólicos e derradeiros dias de vida lamentava o destino que sua filha predileta compartilharia com todas as "pobres princesas", que "tais quais os dados, [...] se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado" (a Luísa, 17.9.1826). O sacrifício, tanto quanto o dever, era próprio à sua condição. Solitária e melancólica, a princesa que a diplomacia da Restauração lançara na América lamentou até a última das cartas à irmã as traições, as humilhações e a desatenção do esposo. Enferma por conseqüência de um aborto, atribuía aos últimos e mais graves problemas no matrimônio a morte que sabia iminente.

Recebido para publicação em março de 2007 Aprovado em março de 2007

131 resenhas almanack braziliense n°05 maio 2007